

Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO TERRA

31 de dezembro de 2017 e 2016

com Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 450B-65A0-0D00-5367.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 450B-65A0-0D00-5367.

São Paulo, 08 maio de 2019.

Aos Conselheiros e Administradores da

FUNDAÇÃO TERRA
A/C Airton Freire de Lima
Rua Alfredo Souza Padilha, s/nº
São Cristóvão – Arcoverde – PE
Cep. 56.512-600

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezados Senhores,

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 da **FUNDAÇÃO TERRA**.

Atenciosamente,

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP “S” “PE” 024298/O-3

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 450B-65A0-0D00-5367.

FUNDAÇÃO TERRA

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	4 à 6
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

FUNDAÇÃO TERRA

CNPJ. : 12.658.531/0001-00

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO TERRA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

A Entidade não possui controle físico sobre o Imobilizado do Grupo Ativo Não Circulante. Para determinar seus saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, será necessário efetuar o levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado e, devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento à Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

SÃO PAULOAlameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157

13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa audisa.consultores

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 8 de maio de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "PE" 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP "S" "PE" 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109

Alphaville – 06454-000

saopaulo@grupoaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316

Menino Deus – 90150-005

portoalegre@grupoaudisa.com.br

RECIFE

recife@grupoaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/450B-65A0-0D00-5367> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 450B-65A0-0D00-5367



Hash do Documento

2CC5A6839C736C7AF020C363035AEBAB409EFDE03E87113CBE6BDD480498DC0C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/05/2019 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 10/05/2019 17:53 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





12.658.530/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016 - (Valores Expressos em Reais)

ATIVO	Nota	2.017	2.016	PASSIVO	Nota	2.017	2.016
Circulante		15.877.384	13.345.034	Passivo e Patrimônio Líquido			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	15.482.345	13.095.909	Circulante		3.101.166	2.768.771
Caixa		2.729	1.776	Fornecedores	9	213.203	260.946
Bancos		321.876	59.072	Outras Contas		13.010	-
Aplicação Financeiras		15.157.740	13.035.060	Provisão de Férias		689.864	654.909
Clientes e Outros Recebíveis	7	107.892	28.396	Impostos a Recolher		22.403	12.975
Adiantamento de Férias		105.403	17.008	Encargos e Salários a Pagar		215.354	155.602
Adiantamento a Fornecedores		1.500	8.978	Subvenções a Realizar		1.947.332	1.684.339
Créditos Fiscais		989	989				
Adiantamento de Viagens		-	1.160	Não Circulante		281.197	281.197
Adiantamento de 13º Salário		-	261	Processo INSS		281.197	281.197
Estoques	6	287.147	220.729				
Almoxarifado		287.147	220.729				
Não Circulante		10.074.271	9.953.776	Patrimônio Líquido	11	22.569.293	20.248.843
Imobilizado	8	11.936.633	11.642.505	Patrimônio Social		2.955.257	2.955.257
Terrenos		239.765	13.100	Superávit do Período		2.320.450	(263.156)
Acervo Biblioteca Notre Dame		4.104	4.104	Superávit do Acumulado		17.293.586	17.556.742
Edificações		1.293.542	1.293.542				
Máquinas e Equipamentos		1.706.377	1.659.491				
Veículos		1.434.361	1.434.361				
Móveis e Utensílios		671.167	656.407				
Obras em Andamento		6.529.379	6.529.379				
Instrumentos Musicais		57.940	52.122				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.862.363)	(1.688.729)				
TOTAL DO ATIVO		25.951.655	23.298.811	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.951.655	23.298.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde, 31 de dezembro de 2017

Débora Rodrigues Souto de Melo
Contadora CRCPE 017996-0-6
CPF:684.232.844-68

Airton Freire de Lima
Presidente
CPF: 138.440-404-04



12.658.530/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS PERÍODO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016 - (Valores Expressos em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Receitas Operacionais	13	7.617.308	6.752.466
Receita de Convênio		460.154	694.043
Receita do SUS		5.224.889	4.481.590
Receita de Incentivos Fiscais		1.932.265	1.576.833
Despesas Operacionais		17.716.709	17.805.905
Despesas Gerais e Administrativas		2.809.640	2.605.937
Despesas com Filantropia		12.634.681	13.034.834
Despesas com Isenções Contribuições Sociais	22	2.272.389	2.165.135
Resultado Operacional Bruto		(10.099.401)	(11.053.439)
(+) Resultado Financeiro		682.343	632.723
Receitas financeiras		966.002	1.134.674
Despesas Financeiras		283.659	501.951
(-) Depreciação		173.634	178.821
Outras Receitas		11.911.142	10.336.381
Receita de Donativos no Brasil		6.994.979	7.032.799
Receita de Donativos no Exterior		562.566	472.016
Materiais Recebidos por Doação		1.165.927	613.835
Bens Recebidos em Doação		226.665	-
Bazar Receita Federal		326.500	-
Recuperação de Despesas		124.354	52.595
Receita de Isenção de Contribuições Sociais	22	2.272.389	2.165.135
Receitas Contribuição Idosos		237.762	-
Superávit /Déficit do Período		2.320.450	(263.156)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde, 31 de dezembro de 2017

Débora Rodrigues Souto de Melo
Contadora CRCPE 017996-0-6
CPF: 684.232.844-68

Airton Freire de Lima
Presidente
CPF: 138.440-404-04



12.658.530/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016 - (Valores Expressos em Reais)

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Superávit /Déficit do Período	<u>2.320.450</u>	<u>(263.156)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde, 31 de dezembro de 2017

Débora Rodrigues Souto de Melo
Contadora CRCPE 017996-0-6
CPF:684.232.844-68

Airton Freire de Lima
Presidente
CPF: 138.440-404-04



12.658.530/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016 - (Valores Expressos em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do	
		Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.955.257	13.247.766	16.203.023
Déficit do Período 2016	-	(263.156)	(263.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.955.257	17.293.586	20.248.843
Superávit do Período 2017	-	2.320.450	2.320.450
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>2.955.257</u>	<u>19.614.036</u>	<u>22.569.293</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Arcoverde, 31 de dezembro de 2017

Débora Rodrigues Souto de Melo
Contadora CRCPE 017996-0-6
CPF:684.232.844-68

Airton Freire de Lima
Presidente
CPF: 138.440-404-04



12.658.530/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016 - (Valores Expressos em Reais)

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit/ Déficit do Período	2.320.450	(263.156)
Ajustes por:		
(+) Depreciações e amortizações	173.634	178.821
Superávit/Déficit do Período ajustado	<u>2.494.083</u>	<u>(84.335)</u>
(Aumento) Diminuição nos Ativos Circulantes		
- Estoques	(66.417)	210.712
- Outros Ativos	(79.496)	99.968
(Aumento) Diminuição nos Passivos Circulantes		
- Fornecedores	(47.743)	248.227
- Outros Passivos	380.137	1.560.251
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>2.680.564</u>	<u>2.034.824</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
- Aquisição de bens e direitos	(294.128)	(256.205)
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	<u>2.386.436</u>	<u>1.778.619</u>
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>2.386.436</u>	<u>1.778.619</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	13.095.909	11.317.290
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	15.482.345	13.095.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Arcoverde, 31 de dezembro de 2017

Débora Rodrigues Souto de Melo
Contadora CRCPE 017996-0-6
CPF:684.232.844-68

Airton Freire de Lima
Presidente
CPF: 138.440-404-04

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



NOTA 01- CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Terra, CNPJ sob o nº 12.658.530/0001-00 é uma Entidade Civil, sem fins lucrativos, organizada na forma do Código Civil Brasileiro, regendo-se pelo seu Estatuto Social e pelas normas legais aplicáveis. A Fundação Terra tem por finalidade promover e difundir as diversas formas de trabalhos comunitários e profissionalizantes, notadamente as que beneficiam direta ou indiretamente, à infância, a adolescência, e ainda a velhice, desenvolver atividades que beneficiem as áreas da saúde, educação, habitação, da arte, da cultura popular, patrocinar o amplo conhecimento da Região Nordestina, no que tange à sua agropecuária, sua formação econômica, seus problemas e alternativas de solução; estabelecer um intercâmbio educacional cultural e científico do Nordeste com as demais regiões do País e com os diversos países do mundo; promover intercâmbio com escolas, institutos, universidades, fundações e instituições educacionais, culturais e científicas brasileiras e estrangeiras; promover o ensino, a pesquisa, especialmente, captação através de qualificação e requalificação profissional para adolescentes, jovem e adulto, nas diversas áreas profissionalizantes, promover ainda a alfabetização de adultos.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (ITG2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

A prática contábil adotada é pelo regime de competência.

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; os valores das aplicações financeiras estão espelhados em extratos bancários. O saldo está composto em 31/12/2017:

Descrição	2017	2016
a) Caixa	2.728,95	1.700,00
b) Bancos	321.875,70	59.072,24
c) Aplicações Financeiras de Curto Prazo	15.157.740,39	13.035.060,37
C. 1) Banco do Brasil	4.049.298,83	4.724.370,05
C. 2) C.E. Federal	9.187.740,59	8.302.700,17
C. 3) Itáu	39.363,38	5.490,08
C. 4) Bradesco	55,01	52,14
C. 5) Banco do Nordeste	66.061,95	2.447,93
Total em Caixa e Equivalentes de Caixa	15.482.345,04	13.095.832,61

NOTA 06 - ESTOQUES - RESOLUÇÃO CFC Nº 1170/09 (NBC TG 16))

Os estoques foram avaliados pelo custo de aquisição. Referem-se aos produtos e materiais de conservação, consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2017 é de R\$ 287.146,88 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos), assim distribuído:

Descrição	2017	2016
a) Almoxarifado	287.146,88	220.729,49
Total em Estoque	15.482.345,04	13.098.332,68

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



NOTA 07 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto por adiantamento a fornecedores e créditos fiscais e estão representadas pelo seu valor nominal, assim distribuído:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
a) Adiantamento de férias	105.402,77	17.007,60
b) adiantamento a Fornecedores	1.500,00	8.977,70
c) créditos fiscais	989,36	989,36
d) Adiantamento de Viagens		1.160,00
e) Adiantamento de 13º Salário		261,07
Total em Outros Ativos Circulantes	107.892,13	28.395,73

NOTA 08 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. O valor da depreciação acumulada não compreende Terrenos e obras em andamentos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2017

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Terrenos	239.765,00	13.100,00
Acervo Biblioteca Notre Dame	4.104,00	4.104,00
Edificações	1.293.541,57	1.293.541,57
Máquinas e Equipamentos	1.706.376,57	1.659.490,96
Veículos	1.434.361,41	1.434.361,41
Móveis e Utensílios	671.166,57	656.407,07
Instrumentos musicais	57.939,55	52.121,55
Obras em andamento	6.529.378,73	6.529.378,73
(-) Depreciações Acumuladas	<u>-1.862.362,66</u>	<u>-1.688.729,06</u>
Total	10.074.270,74	9.953.776,23
Total	10.074.270,74	

NOTA 09 – PASSIVO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Assim representado:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
a) Fornecedores	213.203,36	260.946,41
b) Outras contas (cheques a compensar)	13.010,18	
b) Impostos a recolher	22.402,66	12.975,22
c) Encargos e salários a pagar	215.353,52	155.601,68
d) Provisões e encargos	689.864,16	654.909,23
e) Subvenções a realizar	1.947.331,71	1.684.338,65

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



e. 1) Casa civil	100.427,30	17.836,51
e. 2) SDDH (38925)	71,02	2.432,61
e. 3) SDDH (39746)	1.620,25	1.620,25
e. 4) SEDUC (40815)	29.992,51	50.417,53
e. 5) SICONV	1.815.220,63	1.612.031,75
Total em Passivo Circulante	3.101.165,59	2.768.771,19

* Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

* Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

NOTA 10 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
a) Processo INSS	281.196,50	281.196,50
Total em Passivo Não Circulante	281.196,50	281.196,50

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados. Sendo o resultado em 31/12/2017:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio Social	2.955.256,86	2.955.256,86
Déficit do Período		-263.156,14
Superavit do período	2.320.449,88	
Superavit acumulado	17.293.585,96	17.556.742,10
Total do Patrimônio Líquido	22.569.292,70	20.248.842,82

NOTA 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE Resolução do CFC No. 1.151/09 (NBC TG 12)

Em cumprimento a Resolução 1.151/09(NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

NOTA 13 – Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC No. 1.305/10.

A entidade recebeu no decorrer do período os seguintes repasses de convênios e termos de fomento:

Descrição	2017	2016
a) Incentivos fiscais (COMDICCAs)	1.932.265,36	1.576.833,11
b) FMS-SUS	557.850,00	341.589,79
c) MS/FMS -SUS	4.140.000,00	
d) Prefeitura Municipal de Maracanaú/CE	252.997,00	236.124,00
e) SEFAZ/CE (sua nota vale dinheiro)	65.659,20	12.918,89
f) SDSCJ	30.474,19	59.691,21
G) Casa civil	17.881,91	
h) FES/Microcefalia	527.038,64	47.934,85
I) Prefeitura Municipal de Arcoverde/PE	39.101,51	
j) Secretaria de Educação de Pernambuco	51.697,84	
l) Todos com a nota (38925)	2.342,01	
Total em Subvenções e/ou Convênios Públicos	7.617.307,66	2.275.091,85

NOTA 14 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do período de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

NOTA 15 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Entidade optou pelo método indireto na elaboração do Fluxo de Caixa.

NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 17 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 18 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



A FUNDAÇÃO TERRA é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- § a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- § a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- § não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- § não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 19 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.31 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.30 do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.32 do Estatuto Social).

NOTA 20 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A FUNDAÇÃO TERRA é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- § a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- § a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- § existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo;
- § há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 21 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A FUNDAÇÃO TERRA é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpre os seguintes requisitos:

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



ESTATUTÁRIOS

- a) não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 31 do Estatuto Social);
- b) aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 30 do Estatuto Social);
- c) não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.31 do Estatuto Social);
- d) tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres , com sede preferencialmente no município de Arcoverde/PE, ouvido previamente o Ministério Público, e devidamente registrada no Conselho Nacional de assistência social(art. 35 do estatuto social)

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- a) possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- b) mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas.
- c) conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- d) cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- e) elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 22 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme processo Nº 71010000194/200676, no qual usufrui da Isenção Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o artigo 8º do Decreto No. 8.242/14.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS EM 2017
CONTA DE RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2017	2016
INSS (20% sobre folha e serviços prestados autônomos)	1.796.624,88	1.726.139,32
SAT 1%	86.502,51	79.817,36
TERCEIROS 5,80%	389.261,30	359.178,10
Total de Isenção Usufruída	2.272.388,69	2.165.134,78

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

	Valor contábil	Valor segurado
Veículos	1.237.957,96	769.000,00

Arcoverde, 31 de dezembro de 2017.

Débora Rodrigues Souto de Melo
Contadora CRCPE 017996/O-6
CPF: 684.232.844.68

Airton Freire de Lima
Presidente da Fundação Terra
CPF: 138.440.404-04